

USO E OCUPAÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIALMENTE APROPRIADO POR UMA COMUNIDADE PESQUEIRA EM MACEIÓ/AL E SUAS RESISTÊNCIAS

Ricardo Santos de Almeida¹

ricardosantosal@gmail.com

Ariane de Almeida Pontes²

arianepontes465@gmail.com

Cirlene Jeane Santos e Santos³

cirlene.ufal@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é resultado da análise sistemática da cadeia produtiva da pesca tradicional marítima da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá pesquisada desde 2011 pautada nas leituras bibliográficas de Diegues (2012) no que se refere as caracterizações existentes no modo de apropriação do espaço pelas comunidades pesqueiras, Oliveira (2007) sobre o modo que os atores sociais no modo de produção capitalista reorganizam o espaço vivido através das relações capitalistas e não capitalistas de produção permitindo assim a compreensão das influências internas a partir dos indivíduos que nela vivem, mas não dependem em sua totalidade da pesca, e externas sob a negligência dos órgãos estatais que desproveem a comunidade dos bens de consumo coletivo essenciais a marginalizando e transformando a paisagem do recorte estudado em uma aglomeração subnormal promovida enquanto reduto da violência e desprovida de infraestrutura pelo Estado. Há ainda que ressaltar que é através do modo de vida tradicional pesqueiro marítimo que encontraremos mediante cada especificidade os participantes da lógica complexa identificada ao longo das análises sobre o processo de pesca, beneficiamento e comercialização.

PALAVRAS-CHAVE: Território. Pesca artesanal marítima. Cadeia produtiva. Pressão social.

¹ Pós-graduado em Formação para a Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário CESMAC. Graduado em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela Faculdade Alagoana de Administração (FAA); Graduando Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) onde é aluno e pesquisador no Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO). E-mail: ricardosantosal@gmail.com

² Pós-graduanda em Educação em Direitos Humanos e Diversidade. Graduada em Geografia Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) onde é aluna pesquisadora do NUAGRÁRIO. E-mail: arianepontes465@gmail.com

³ Professora Doutora em Geografia pela Universidade Federal de São Paulo (USP). Docente dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado da UFAL e Coordenadora do NUAGRÁRIO. E-mail: cirlene.ufal@gmail.com

ABSTRACT

This work is the result of systematic analysis of the productive chain of the traditional fishing village of Community Maritime Fishermen Jaraguá researched since 2011 guided readings in bibliographic Diegues (2012) regarding the characterizations existing mode of appropriation of space for fishing communities Oliveira (2007) about the way that social actors in the capitalist mode of production reorganize the space lived through capitalist relations of capitalist production and not allowing the understanding of internal influences from the individuals who live there, but do not depend entirely on fishing, and outdoor under the neglect of state agencies that devoid community collective consumer goods essential to transforming the landscape and marginalizing the crop studied in a subnormal agglomeration promoted as a stronghold of violence and devoid of infrastructure by the state. It remains to point out that it is through the traditional way of life that we find sea fishing specificity by each of the participants identified complex logic over the analysis on the process of fishing, processing and marketing.

KEYWORDS: Territory. Artisanal fishing at sea. Production chain. Social pressure.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana, as comunidades pesqueiras e seus representantes sofrem certo conformismo frente às ações dos capitalistas que cada vez mais expropriam suas produções e para, além disto, os seus territórios, numa tentativa de reproduzir novos espaços de vida e de trabalho reprimindo assim a reprodução de modos de vida particulares, que podem configurar a comunidade pesqueira como tradicional marítima por sua dependência exclusiva da pesca em mar aberto bem como instrumentos básicos necessários a uma pescaria sem fins industriais.

Os ingredientes alicerces deste artigo focam justamente a reconfiguração das relações de poder promovida pelo Estado reestruturando todo um modo de vida de uma população que se afasta paulatinamente de suas características microssociais existentes promovidas pela pesca e direcionam-se a outras atividades econômicas reduzindo a maior parte da população da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá, em Maceió/AL constituída de um total de 1.411, segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a utilizarem-na apenas como “dormitório” e não como reprodução de seu modo de vida. Esta comunidade está localizada estrategicamente ao lado do Porto de Jaraguá e a poucos metros das

praias mais conhecidas da capital, mas não faz parte dos roteiros turísticos e tampouco recebe incentivos governamentais que lhe possibilitem uma funcionalidade menos impactante ao qual hoje configura enquanto espaço de exclusão social a partir da omissão do poder público no que se refere a sua urbanização infraestrutural.

O presente texto visa identificar através de uma perspectiva crítica-analítica a possibilidade de compreensão dos processos de reconfiguração das relações de poder que está ocorrendo na comunidade lócus da pesquisa iniciada em junho de 2011 dentro do projeto de extensão *Geo-ação: Leituras do processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização das Comunidades do Jaraguá e da Orla Lagunar de Maceió* vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Pesquisa-Ação (PIBIP-AÇÃO) onde nenhum dos pesquisadores e coordenadora recebem auxílios para o desenvolvimento da pesquisa. Na prática, procura-se entender como se articulam os indivíduos participantes do processo de produção da pesca artesanal marítima frente a possibilidade de realocamento da comunidade para outro local, mais distante, com “melhor” infraestrutura, mas desprovidos de alguns bens de acesso a lógica da reprodução de sua sobrevivência, tais como linhas de transporte que facilitem o deslocamento, a distancia entre local onde os barcos estarão da nova localidade impossibilitando uma melhor segurança das embarcações.

É por meio das lutas contra as ações de apropriação direta ou indireta do capital que muitas comunidades pesqueiras tornam-se marginalizadas por não acompanharem o “desenvolvimento” ao seu entorno utilizam-se através de mobilizações para viabilizar melhores condições de sobrevivência e reprodução de seus modos de vida principalmente por meio de apelos às ações governamentais que muitas das vezes indiretamente vão atender exclusivamente aos interesses do capital inviabilizando as resistências e reestruturações produtivas que mesmo autônomas são limitadas justamente pelo altíssimo grau de complexidade das relações de produção contidas em um espaço de vida, tal como nos lembra Raffestin (1993) ao abordar as tessituras territoriais.

Se os pescadores tradicionais artesanais marítimos são minoritários na composição da tessitura territorial demográfica e ocupacional em Maceió, sua importância socioespacial é

significativa, pois é através destes atores sociais que as balanças e mercados públicos locais e próximos a capital são abastecidos, mesmo estando estes atores pressionados não apenas pelo capital, mas se diluindo e fragmentando na própria comunidade, onde apenas parcela dela participa da cadeia produtiva da pesca artesanal, estando contidos neste grupo resistente os fornecedores de insumos, os baldeeiros, catraieiros, pescadores, o atravessador, fileteiras, beneficiadores de peixes e o próprio mercado consumidor. São através das relações estabelecidas entre a troca de mercadorias por dinheiro ou por outras mercadorias que todos estes membros da cadeia produtiva da pesca artesanal se relacionam via estratégias possibilitando alternativas para a venda e consumo dos produtos sem incentivos estatais ou organização em cooperativas, tornando a análise altamente densa e complexa para uma compreensão mais profunda das estruturas e modalidades destes relacionamentos sociais configurando assim uma tessitura territorial que potencializa a identidade destes atores sociais estritamente vinculadas a um espaço de exclusão em um solo urbano cada vez mais valorizado.

O texto está constituído por duas partes, além da introdução, a saber: na primeira será enfatizado de modo resumido um modelo interpretativo que nos faz refletir sobre as características da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá a partir da análise dos materiais de Diegues (2012) sobre comunidades pesqueiras tradicionais marítimas. Por fim, na terceira parte, será abordado a partir de fragmentos das entrevistas audiovisuais com moradores que trabalham na pesca os elementos de resistência que direcionam o estudo da dimensão espacial na qual se dá a complexidade das relações socioespaciais no espaço local e sua interação com os demais membros da sociedade maceioense. Na segunda parte, estarão em análise as relações existentes entre os membros participantes da cadeia produtiva da pesca artesanal marítima possibilitando assim compreender as tessituras existentes nas relações capitalistas e não capitalistas de produção frente aos processos de autonomias tomados por alguns dos membros que possuem um modo diferenciado de se relacionar com a comunidade contrapondo-se a lógica da fuga de um local sem infraestrutura adequada para uma moradia mais estruturada, mas sem a segurança existente pelo morar e trabalhar em uma mesma área.

A COMUNIDADE PESQUEIRA TRADICIONAL MARÍTIMA COMO CAMPO DE DISPUTAS

A estrutura socioespacial que envolve a Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá mantém-se a margem de qualquer processo de desenvolvimento, pois como não bastasse estar localizada vizinha do Porto de Jaraguá e a metros das mais belas praias maceioenses como Pajuçara e Ponta Verde expõem em sua paisagem – o visto, o sentido e o imperceptível – o reflexo da exclusão promovida pelo Estado e também pelo capital na tentativa de promover aos agentes de produtores do espaço urbano novas funcionalidades na área em que a comunidade hoje está localizada (ver figura 1.).

Ao longo da pesquisa surgiram indagações que se tornaram constantes, como a caracterização da comunidade enquanto pesqueira tradicional marítima. Para tal afirmação Diegues (2001) realiza suas ponderações a partir de um contexto histórico-antropológico a ligação dos pescadores com o local onde vive e trabalha identificando o pescador artesanal para além de uma mera atividade ocupacional, pois

Essa categoria de população não-tradicional está espalhada pelo litoral em rios e lagos, e tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Embora sob alguns aspectos possa ser considerada uma categoria ocupacional, os pescadores, em particular aqueles chamados artesanais, têm modo de vida peculiar, sobretudo os que vivem de atividades pesqueiras marítimas. Grupos como os jangadeiros e praieiros identificam-se como pescadores. Alguns, mesmo vivendo em espaços e lugares pertencentes a jangadeiros e praieiros, são classificados como pescadores. Por exemplo, mesmo na região costeira onde historicamente se concentraram os jangadeiros, existem pescadores que não pescam com jangada e sim com canoas, em estuários, lagunas e rios. Neste caso, foram classificados com o termo mais genérico 'jangadeiros'. O mesmo se aplica aos que utilizam os botes, embarcações que, com freqüência, substituíram as jangadas no Nordeste.

Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos. Apesar de grande número deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo dessa forma uma solidariedade baseada na atividade pesqueira. (DIEGUES, 2001. p. 48-9).

No que se refere a configuração da comunidade estudada enquanto marítima Diegues (1995) enfatiza que os indivíduos que constituem a pesca em mar aberto como uma das principais atividades econômicas socializando o oceano como um ambiente que foi pelos pescadores apropriado viabilizando o desenvolvimento de uma lógica de competição que propiciam ou não o processo de subserviência da pesca ao capital pela lógica da alienação, dentre as quais os membros da comunidade podem estar vinculados direcionam nossa afirmação em que a Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá se enquadra enquanto comunidade tradicional pesqueira marítima, pois a mesma possui na essência um histórico que a vincula ao processo de desenvolvimento de Maceió enquanto capital, principalmente por ser através dela que são pescados produtos que abastecem desde os mercados públicos, aos privados e redes de hotéis e resorts, seja através do vendedor local ou mesmo dos atravessadores.

Há ainda que enfatizar que neste modo de vida, ao qual apenas parte da comunidade trás consigo estão contidas a dependência dos ciclos naturais e os normatizados por órgãos estatais, a exemplo do período do defeso; a moradia a ocupação passadas geração a geração, mesmo com incentivos estatais na reconstrução de barracos de madeira; a reduzida acumulação de capital uma vez que toda a apuração é direcionada aos investimentos na embarcação e materiais utilizados na compra de insumos e no condicionamento da produção; as relações sociais pautadas nos laços de confiança estabelecidas entre parentes, vizinhos e conhecidos potencializando assim a uma apropriação do território enquanto instancia de poder onde estão estabelecidas as tessituras que proporcionam a uma cadeia produtiva da pesca artesanal marítima seu espaço de reprodução, frente às pressões via exclusão proporcionada pelo Estado e pelo Capital.

A Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá está localizada na capital de Alagoas e tem suas origens vinculadas a constituição desta ainda enquanto nucleação, trazendo consigo algumas particularidades, dentre as quais se destacam os fatores de localização, aquisição de recursos naturais – pescado e mariscos – seus beneficiamentos, consumos e comercialização via sistema de trocas de produtos ou troca por dinheiro coexistindo também o escoamento da produção mais processada por atravessadores.

Raffestin (1993, p.160) afirma que “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com recursos do sistema.” Logo, enquanto produção humana, a Comunidade ocupou área, resultante do processo de assoreamento/deposição de sedimentos provenientes do oceano Atlântico motivadas por fatores como o “esvaziamento” do campo alagoano, encontrando na área ao entorno do Porto de Jaraguá em 1942 um local mais adequado para a sua reprodução social a partir da pesca tradicional.

As habitações autoconstruídas possuem em síntese precariedade infraestrutural interna e externa configurando um recorte espacial de periferia na orla marítima de Maceió, a capital de Alagoas conhecida por “paraíso das águas”. Sendo assim, ao compreendermos a territorialidade sob o ponto de vista antropológico, que segundo Little (2002) deve ser compreendida através das particularidades socioculturais coletivamente construídas e historicamente situadas que um grupo social se utiliza para estabelecer e manter seu território. Logo, “Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais.” (LITTLE, 2002. p. 11). O instrumento de defesa, no atual processo de possível realocação da comunidade parte do princípio de que a comunidade existe há décadas no local onde hoje está instalada e que o papel do Estado é de construir no próprio local as residências com melhor estrutura de moradia, bem como locais específicos para que instalem suas funções pesqueiras evitando assim potenciais conflitos, tal como o hoje existente: os que querem sair e os que querem ficar.

Nunes (2011) chama atenção ao repensarmos a prática da atividade pesqueira enquanto mediação da relação homem/natureza e como esta ocorre de modo processual e dialético, em especial, no modo não-alienante e artesanal de trabalho inicialmente para o consumo próprio, e posteriormente para a venda. Sendo assim, mediante a tentativa de desterritorializar a Comunidade, o Estado, através de alguns projetos que visaram realocar a população, alega e comprova também a existência de oleoduto em trecho de 28 km de extensão, onde segundo Vasconcelos (2004) o movimento ocorre em dois momentos (1985 e 2001 – revitalização do

bairro Jaraguá) a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) realizou convênios com a Prefeitura Municipal de Maceió/AL. Na atualidade, o que se encontra imposto à sociedade é uma tentativa de implantar sob apoio da prefeitura, uma marina que contemplará uma seleta parcela da população. Logo, a imposição do capital sobre o Estado aflora-se através do processo de turistificação, contrário a existência de uma Comunidade tradicional.

Vasconcelos (2004) sobre a Comunidade do Jaraguá revela as intencionalidades existentes pelo Estado através de políticas públicas voltadas à melhor estruturação para o desenvolvimento da atividade turística apoiando-se no Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE), em convênio assinado entre o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e o governo brasileiro e posteriormente nas escalas micro, na busca pelo (re)ordenamento espacial, financiando a partir de 1996 o Projeto de Revitalização do Bairro de Jaraguá, em função de interesses extremamente capitalistas que influem desde os fixos reestruturando os fluxos, pois

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. [...]. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face atingida” do poder. (RAFFESTIN, 1993. p. 162).

Na prática o que se percebe é que as forças “ocultas” do Estado sob a possibilidade de realocar essas pessoas reafirmam o caráter discriminatório e excludente fruto da reprodução do conflito entre as classes sociais.

Atualmente a comunidade, que tem em essência muitas dessas características, sofre um processo de tensão social promovida inicialmente pelo Estado, que desde a década de 1980 fomentou sua favelização, exclusão social e inserção de outras pessoas oriundas de outras localidades e não vinculadas a atividade pesqueira direcionaram ao afastamento dos indivíduos já estabelecidos outrora a reproduzirem suas funções sociais – trabalhar na pesca pelos conflitos de identidade e busca por alternativas de sobrevivência trabalhando em outras atividades econômicas. Foram

identificados também outros modos de pressionar a comunidade a afastando de suas origens bem como a não utilização de recursos de órgãos federais via programas de urbanização além das péssimas condições infraestruturais proporcionadas pelas más gestões do poder público no que se referem ao bem estar daquela comunidade. O processo é exposto através do clamor da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Jaraguá (AMAJAR) – reconhecida em cartório – junto aos pescadores pressionando o poder público para que a comunidade permaneça no local onde ainda está, mas com a resolução de seus problemas infraestruturais. Dentre um dos questionamentos utilizados pela AMAJAR estão indagações sobre

As obras de construção das 450 casas no bairro do Sobral, destinadas aos pescadores – que atualmente residem no bairro de Jaraguá - começam a ser edificadas em um clima semelhante ao de uma guerra fria. Por um lado, o prefeito de Maceió, Cícero Almeida, anuncia que vai ‘acionar a Polícia caso seja necessário’ para remover os pescadores e colocar, no lugar, o ‘projeto de seus sonhos’, uma marina, para ‘melhorar o visual da cidade’. Já pelo outro, trabalhadores que sobrevivem da pesca insistem que não pretendem deixar o espaço em que estão instalados há mais de 80 anos, e cuja memória se confunde com o próprio processo histórico da capital. De fato, são vários os problemas enfrentados pela comunidade, entre falta de saneamento e construções precárias. Para a presidente da Associação dos Pescadores de Jaraguá, Maria Enaura, todos esses problemas não justificam a retirada dos moradores para um outro espaço. “Se eles querem reconstruir a comunidade, de um jeito que tenha saneamento, ‘revitalizar’ como dizem, por que não podem construir aqui mesmo?”, questiona.

Entre as respostas dadas pelo secretário é de que não há espaço para a construção de todas as 450 habitações naquele ponto, ao que Enaura contesta: “Se não tem espaço para construir as casas para todos nós, então como é que vai dar para construir uma Marina Turística e, ainda, ter um espaço para que possamos trabalhar aqui?”, perguntou. (AMAJAR. 2009. Disponível em: <<http://amajar.blogspot.com/2009/10/pescadores-de-jaragua-e-prefeitura-de.html>>. Acesso em: 31. Dez. 2011).

No que tange a realidade existe um novo processo de tensão social pautado na possibilidade de realocar a comunidade para um conjunto habitacional distante cerca de 3 km dotado de infraestrutura necessária para uma melhor “qualidade de vida” deixando para trás uma área desejada pelos empreendedores turísticos entre o Porto de Jaraguá e um terreno da Capitania dos Portos de Alagoas. Estas afirmações se pautam na análise das notícias contidas em jornais impressos e da Internet e destacada em uma das entrevistas com um dos moradores da

comunidade que desenvolve a atividade pesqueira, que junto aos demais membros esperam desde 2005 um desfecho sobre o continuar ou não morando e trabalhando na mesma área.

O lugar é muito apertado, já fui lá. Aqui a gente está perto do trabalho. De lá para cá, a gente pode ser assaltado. A gente não tem hora para trabalhar. Saímos ontem à noite e tudo isso já. Só volta quando consegue alguma coisa, quando tá devagar vem logo cedo mesmo se não conseguir para não gastar o óleo. O barco é dele! Usam outra embarcação pequena para transportar-se ao barco. Não sairia daqui nunca, melhor para fazer casa aqui. Eu acho melhor fazer casa aqui, no apartamento não cabe nem a mesa, só cabe o fogão mesmo, só dá para quem tem família pequena, não perguntaram quantas pessoas moravam na casa, tá pegando a gente assim e jogando para lá feito um lixo. Levar a gente para lá e aqui lugar só para trabalho. Quem não assinou: a gente tem de procurar o direito da gente, não pode tirar a gente daqui assim não os sem terra tem os direitos deles e a gente também. A presidente da associação é contra. A mulher ajuda. (Pescador E. S. F.).

No decorrer de toda a fala do pescador são perceptíveis as indagações relacionadas à conjuntura envolvendo a imposição político-ideológica da Prefeitura Municipal de Maceió, que sob o intuito de melhorar o aspecto paisagístico tenta com a saída dos moradores “vender” a orla marítima enquanto cartão postal, além das possibilidades da construção de píer e ampliação do Porto de Jaraguá, reafirmando um novo processo de exclusão social, uma vez que

O poder econômico possuía uma informação estruturante de curta duração, tessitura instável contra tessitura estável. O debate é sem saída, mas não sem interesse. A tessitura é o triunfo fundamental na relação que se instaura em vários níveis entre organizações econômicas e organizações políticas. (RAFFESTIN, 1993. p. 176).

Em meio a esta complexa relação no território é preciso compreender como se dá as relações que fortalecem a continuidade da comunidade frente às constantes pressões do Estado e do Capital tendo a cadeia produtiva pesqueira como pontapé inicial para a discussão dos elementos contidos nesta complexa interação socioespacial nesta comunidade em estudo.

A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL: ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO NA VILA DOS PESCADORES DO JARAGUÁ

Os estudos referentes à cadeia produtiva pesqueira têm consigo um conjunto de elementos que interagem em um intrincado processo produtivo destinado à oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor. No caso da atividade pesqueira tradicional o processamento do produto não é feito de modo industrializado ou sofisticado de ponta a ponta no processo produtivo bem como a forma peculiar de pagamento seja ele em dinheiro ou produto – peixe ou camarão, entre os envolvidos no processo. É a partir deste diferencial que fica nítida a coexistência dos sujeitos essenciais na reprodução de um modo de vida onde o trabalho, para muitos, é a base para a sobrevivência e não apenas a acumulação dos recursos auferidos (ver fluxograma 1).

Para compreendermos na prática da pesquisa como se dá a dinâmica da cadeia produtiva de pesca viabilizamos uma sistematização integral e simplificada da mesma identificando seus sujeitos principais, suas funções e organizações partindo do pressuposto de que cada qual tem uma significação social em níveis micro e macrossocial. Devemos ressaltar que o fato de haver ou não a ação de suporte técnico por parte dos órgãos responsáveis pode ou não potencializar o entendimento da atividade, além de percebermos se faltariam alguns elementos fundamentais para a sua compreensão a fim de identificarmos como se dá a relação de competitividade entre os membros que dependem da atividade pesqueira em uma única Comunidade.

As relações de trabalho dos pescadores e fileteiras do camarão e beneficiadoras do peixe da Comunidade do Jaraguá persistem como afirmação de sua resistência frente a todo o processo de reorganização espacial que a circunda, pois

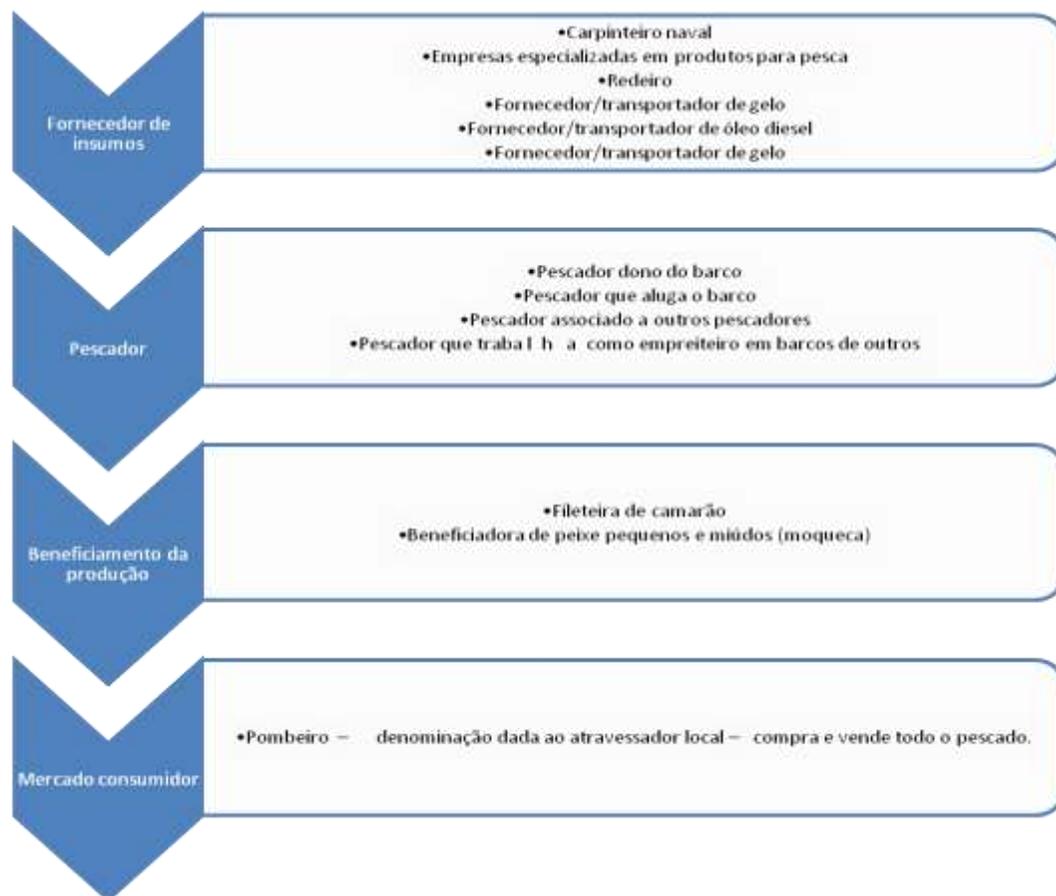
O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (ANTUNES, 2004. p. 29-30).

Partindo deste entendimento verifica-se a importância da compreensão e análise das relações que envolvem os personagens que estão inclusos no processo produtivo da pesca artesanal marinha da Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá:

- **Fornecedores dos insumos:** dentre os quais se destacam as empresas especializadas que comercializam os produtos essenciais à dinâmica da pesca, tais como linhas de náilon e anzóis, redes, cabos, bóias, arpões.
- **Baldeeiro:** responsável pela manutenção, limpeza e hidratação dos barcos.
- **Catraieiro:** utilizam embarcação de menor porte e são responsáveis por embarcar para os barcos de maior porte os pescadores ou donos de barcos.
Observação: o baldeeiro e o catraieiro normalmente são a mesma pessoa, são contratados pelos pescadores responsáveis pelo barco por temporadas e o pagamento é realizado semanalmente em produto.
- **Pescadores:** cuja função está para além do simples ato de pescar, uma vez que, nem todos são os donos dos barcos que trabalham ou mesmo donos da maior participação de lucros oriundos da pescaria. Os pescadores estão vinculados a duas Colônias de Pescadores, a Z-1 (localizada no bairro Pajuçara) e Z-5 (localizada no bairro Vergel do Lago) e estas são responsáveis pela organização dos pescadores, e intermedia a relação dos mesmos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Ministério do Trabalho.
- **Pombeira(o) – denominação dada ao atravessador local:** comprador(a) da produção dos pescadores. Este reside na Comunidade e é responsável pela comercialização de toda a produção pescada. Ao que fora identificado são responsáveis pela revenda na Balança localizada na Comunidade, em feiras populares de outros municípios, redes de hotéis e restaurantes.
- **Fileteiras do camarão:** cuja função exercida por mulheres e está vinculada no processo do beneficiamento do camarão com alto valor agregado, primeiramente no ato do pré-beneficiamento, ou seja, a limpeza inicial da produção na retirada das cascas dos camarões.
- **Beneficiadoras de peixes:** atividade é realizada essencialmente por mulheres e esta vinculada a duas modalidades e tem baixo valor agregado: primeira limpeza dos peixes pequenos com a retirada das escamas e das vísceras para serem vendidos nas feiras livres;

segunda limpeza dos peixes miúdos – a muqueca – esses são salgados e encaminhados para venda em feiras livres da capital e de outros municípios de Alagoas.

- **Mercado consumidor:** destino final do que foi comercializado destacando-se algumas redes locais de hotéis e restaurantes, feiras de bairro e de municípios circunvizinhos.



Fluxograma 1. Cadeia Produtiva com integração horizontal identificada na Vila dos Pescadores de Jaraguá, ou seja, de Pesca Tradicional Marítima.

Fonte: NUAGRÁRIO (2011).

Também foram identificados os carpinteiros navais responsáveis pela manutenção e produção de barcos específicos para a pesca do camarão ou de peixes; o redeiro responsável pela fabricação das redes específicas para a pesca do camarão ou peixes; o transportador do gelo produzido pela Associação dos Pescadores do Jaraguá ou de outros fornecedores locais ou de bairros distantes; e o transportador do óleo diesel que é utilizado para a alimentação energética das embarcações.

Tabela 1. Variação dos preços dos pescados na Comunidade Vila dos Pescadores de Jaraguá.

Variedade de camarão	Preço em “período normal”	Preço em “período irregular” ou defeso
Camarão vila-franca (maior)	R\$ 25,00	R\$ 40,00
Camarão rosinha (médio)	R\$ 10,00	R\$ 15,00
Camarão espigão (menor)	R\$ 3,00	R\$ 6,00
Camarão barba rocha (médio)	R\$ 3,50	R\$ 5,00

Fonte: NUAGRÁRIO-UFAL (2011).

No que se refere à força-motriz do processo, a captura do pescado varia por volta das 20 mil milhas mar adentro, seja ao sentido sul ou norte do ponto de localização da Comunidade, e neste raio, onde os pescadores ficam entre quatro e cinco dias em alto mar, são encontrados os principais pescados como a sardinha, arabaiana, cavala, cioba, carapeba, camurim ou robalo, além dos camarões variedade vila-franca (maior), variedade rosinha (médio), variedade espigão (menor). No que se referem ao período de defeso a Balança do Jaraguá os vendedores compram com recursos próprios a variedade de camarão barba-rocha, oriunda de criatórios do Rio Grande do Norte. O valor do pescado comercializado varia dependendo da época do ano, mas quando o pescado encontra-se de modo irregular ou em período de defeso o preço chega a variar 100% ou mais, como o caso do camarão (ver tabela 1.).

Na prática, o processo de pesca e beneficiamento ocorre da seguinte forma: o pescado é capturado utilizando os tipos de rede apropriados para cada espécie (específica para peixes ou

camarão), em seguida armazenado de acordo com o tipo (peixe com peixe, camarão com camarão) em locais apropriados para a armazenagem no barco com capacidade para receber cerca de quinze sacos de gelo. Posterior aos quatro a cinco dias em alto mar os pescadores retornam e com o apoio de um catraieiro transportam o que foi capturado em caixas de isopor tamanho grande para a terra, onde dependendo do caso ou é

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação foi utilizado o método expositivo-interpretativo na análise das referências bibliográficas – envolvendo a relação Capital e Trabalho, em paralelo às pesquisas de campo, onde com a utilização de recursos audiovisuais foram identificadas nas falas dos moradores as tensões realizadas pelo Capital e pelo Estado no sentido de condicionar o enfraquecimento das relações sociais de identidade e resistência. Posteriormente a produção – em andamento – de documentário como resultado final da pesquisa.

Identifica-se a priori que os laços de identidade entre os indivíduos possibilitam relações com feições não-capitalistas de produção, pois são fetichizadas e metamorfoseadas às capitalistas de produção, necessitando compreendê-las em suas especificidades. Nestas, mesmo sem inserirmos o atravessador na análise exacerbam-se relações dinheiro-mercadoria-dinheiro na própria comunidade quando outros “atores” se inserem no contexto, tais como o catraieiro, o carpinteiro naval, os próprios(as) pescadores(as) e fileteiras do camarão e beneficiadoras do peixe.

Nas pesquisas e levantamentos realizados correlacionamos na prática os elementos teóricos referenciados que balizam esta pesquisa, uma vez que, as relações existentes entre identidade, atividade produtiva e dependência das necessidades de consumo, primeiramente, o mercado local estão indissociáveis, motivando esta comunidade a ter a pesca – peixes e marisco – como principal atividade econômica. A produção do documentário serve como denúncia às práticas estatais de minimizar a resistência da Comunidade no local em que se encontra atualmente, a marginalizando e ignorando seu acesso aos bens de consumo coletivo, essenciais

para a sobrevivência, tais como a coleta adequada do lixo, não apenas o produzido na Comunidade, mas trazidos através das dinâmicas das marés que influenciam indiretamente na qualidade dos produtos, que nem sempre possuem estrutura suficiente, uma vez que, o poder público também se omite a prestar o mínimo de condições estruturais para desenvolverem seus trabalhos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 160 p.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO DE JARAGUÁ. Disponível em: <<http://amajar.blogspot.com>>. Acesso em: 31 dez. 2011.

CARVALHO, Renato José Saraiva. **Territorialidade da comunidade de pescadores artesanais**: Praia do Perequê, Guarujá – SP. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.); ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente: São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Conhecimento e manejo tradicionais em áreas protegidas de uso sustentável**: o caso da resex marinha do Arraial do Cabo-Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/ressexarraial.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho**. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/conhectradicapro.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2012.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 02 set. 2011.

HADDAD, Paulo Roberto et al. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza, BNB, 1989. p. 45-206.

LITTLER, Paulo, E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma Antropologia da Territorialidade. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF/AL solicita estudo para solucionar conflito com pescadores no Jaraguá**. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_direitos-do-cidadao/mpf-al-solicita-estudo-a-prefeitura-para-solucionar-conflito-com-pescadores-no-jaragua-1>. Acesso em: 02 set. 2011.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e Crise Contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 304 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. 1 ed. FFLCH/Labur Edições: São Paulo, 2007.

RAFFESTIN, Claude. O Território e Poder. In.: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-217.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. 88 p.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa. **A Turistificação do Espaço e a Exclusão de uma Comunidade periférica da Revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió/AL**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Sociedade de Ensino Superior de Alagoas/Faculdade de Alagoas. Maceió, 2004. 58 p.